

**Reunião ordinária****Data: 2020-06-22****Início: 14.30 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho****Termo: 16.22 horas****Presenças:**

<b>Presidente</b>	Anabela Gaspar de Freitas
<b>Vereadores</b>	José Manuel Mendes Delgado
	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
	Francisco Lopes Madureira Salgueiro
	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Luís Manuel Monteiro Ramos
	Hélder Duarte Henriques

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
A Sra. Vereadora Célia Maria Nunes Azevedo Bonet justificou a falta à reunião por motivos de saúde e solicitou a sua substituição, ao abrigo ao artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, tendo sido substituída pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista apresentada pelo Partido Social Democrata, Francisco Lopes Madureira Salgueiro, devidamente convocado para o efeito. -----

**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE-----****PROPOSTAS:-----****PROPOSTAS DA PRESIDENTE:-----**

**N.º 01 – REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO E TAXAS RELATIVO AO ABANDONO, REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR (NO ÂMBITO DAS RUAS, ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS) (3/PPSR/PR/2020)-----**

**N.º 02 – AQUISIÇÃO DA SINAGOGA DE TOMAR E DO EDIFÍCIO CONTÍGUO (23/AQBS/PR/2020)-----**

**PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:-----**



**N.º 03 - OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA ÁREA DE ARQUITETURA COM UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO (11/PPRC/VHC/2020)-----**

**PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:-----**

**N.º 04 - REVITALIZAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR (11/PPRC/DAJA/2020 - 48/DIVER/DAAOA/2013)-----**

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:-----**

**N.º 05 - COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017 (31/PPRC/PR/2020)-----**

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:-----**

**N.º 06 - EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA - Prorrogação do prazo na prossecução do interesse público (114/EMPR/DOM/2020 - 223/CONPUB/DOM/2016)-----**

**DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:-----**

**N.º 07 - FUNCIONAMENTO DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB NO ANO DE 2020 - tabela de preços (3/PPRC/DADJ/2020)-----**

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:-----**

**N.º 08 - CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DO EDIFÍCIO DA EB1 INFANTE D. HENRIQUE PARA REALIZAÇÃO DE CAMPOS DE FÉRIAS (4/PPRC/DEISA/2020)-----**

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**

**N.º 09 - CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE - Imo Templários, limitada (118/ECER/DGT/2020 - 192/EDIF/DGT/2020)-----**

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:-----**

**N.º 10 - FEIRA SEMANAL DE TOMAR - ISENÇÃO DE TAXAS NO MÊS DE JULHO DE 2020 (41/PGEN/GELS/2020 - 1/DIVER/GELS/2020)-----**

**N.º 11 - DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS - COLEÇÃO VISITÁVEL (70/PGEN/DTC/2020 - 14/DIVER/DTC/2016)-----**

**Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente declarou aberta a reunião e deu início ao "Período de Antes da Ordem do Dia", tendo sido proferidas as seguintes intervenções:-----**

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** deu nota da instalação de som no interior do Mercado Municipal, com o objetivo de difundir, de forma fácil, avisos e recomendações, assim como para, por vezes, proporcionar música ambiente. Deu conhecimento de que terão início amanhã os trabalhos de limpeza das Escadinhas de Nossa Senhora da Piedade, estando concluídos os



trabalhos na envolvente da Igreja de Santa Maria dos Olivais e no logradouro entre as ruas da Fábrica e da Cascalheira. Informou que continuam os trabalhos de manutenção dos espaços verdes e jardins, estando agora a decorrer na rotunda Alves Redol. Deu nota de que, ontem, caiu um amieiro junto aos CTT. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** referiu-se às questões do ordenamento do território, concretamente ao Plano Diretor Municipal e aos planos de pormenor, porque, como têm dito, são instrumentos estruturantes para Tomar e, sem eles, não acontece muito daquilo que está previsto em termos de desenvolvimento e sustentabilidade, porque não há, por exemplo, terrenos para instalação de empresas; ficam sem dimensão, ficam limitados àquilo que existe há muitos anos e que tem provocado alguns problemas à instalação de novas empresas. Sublinhou que o Plano de Pormenor das Avesadas, que tiveram que suspender para poder instalar algumas empresas, é muito importante para Tomar porque não há terrenos na zona industrial e os poucos que surgem aparecem a conta gotas, face aos processos que é necessário desenvolver, e não são solução para que haja espaço para que novas empresas se instalem em Tomar. Perguntou qual é o ponto da situação dos processos do Plano Diretor Municipal e do Plano de Pormenor das Avesadas, pese embora esteja ciente de que se operou a suspensão dos prazos e de que as coisas estarão a andar pouco, e quando vão ter estes instrumentos aprovados, para que haja mais oferta de terrenos para os eventuais investidores que se queiram instalar em Tomar.-----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu-se ao Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado, informando que o município terminou o seu trabalho em maio de dois mil e dezanove, que disponibilizou de imediato à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; porque o parecer da Agência Portuguesa do Ambiente não foi entregue, ficou em falta a parte da Reserva Ecológica Nacional; não foi possível seguir para a fase de conferência procedimental, discussão pública e aprovação final, sendo certo que, no passado mês de março, o Executivo Municipal tomou posição no sentido de retificar o prazo do procedimento, como forma de reivindicar junto da CCDR que o município não podia ser responsabilizado por algo a que era alheio, nomeadamente por as entidades não lhe fazerem chegar os pareceres a tempo e horas; o processo teve, entretanto, alguns desenvolvimentos, mas sobre isso falará quando a questão aqui for analisada, o que prevê possa acontecer na próxima reunião. No que se refere ao Plano de Pormenor das Avesadas, referiu que o município terminou o trabalho de revisão do setor do plano que tem a ver essencialmente com as áreas confinantes com a avenida Maria de Lourdes de Mello e Castro; tem sido um processo



difícil tendo em conta as matérias de leito de cheia, zonas ameaçadas por cheia e cotas que agora não são controladas pelo Município, mas sim pela Agência Portuguesa do Ambiente e, neste caso, por entidades europeias por via das alterações climáticas e do que eles designam por cheias dos mil anos; à partida, não seria suposto ser tão difícil, mas a verdade é que, pelo meio, foram descobrindo algumas questões que, na altura própria, não foram devidamente tratadas e que, hoje, acarretam complicações porque têm que ser aplicadas as leis vigentes à data, como é o caso da regularização de algumas linhas de água que passam na zona, feitas em tempo por algumas entidades sem que tenham sido objeto da devida legalização; o trabalho de revisão daquele segmento do plano está feito e em relação a dois dos investimentos iniciais, que são do conhecimento público, está do lado dos respetivos promotores avançar com o investimento; há um terceiro investimento que não pode ainda ser licenciado devido ao problema que referiu; entretanto, decorre o processo de licenciamento de um quarto investimento, o que comprova que, como sempre disseram, assim que a porta se abra, os investimentos surgiriam, até porque, ao longo dos anos, eles foram procurando e não encontraram caminho para andar. Referiu que o município entregou a sua proposta de revisão do Plano Diretor Municipal em dezembro de dois mil e dezasseis e, em novembro de dois mil e dezoito, recebeu quarenta e oito dos cinquenta pareceres necessários; o da CCDR só pode ser entregue depois de estarem todos entregues e o da Agência Portuguesa do Ambiente, sobre a Reserva Ecológica Nacional, só chegou em fevereiro de dois mil e vinte (há aqui uma ligação com o Plano de Pormenor do Flecheiro e Mercado porque os pareceres têm que ser cruzados); andaram todo o ano passado em reuniões por causa da questão da REN no centro histórico e só em fevereiro a responsabilidade do processo volta a estar do lado do município, sendo que a situação da pandemia trouxe mais algumas dificuldades; estão em curso os últimos procedimentos administrativos prévios à fase de discussão pública, designadamente a criação do site onde será possível ao cidadão consultar a proposta e apresentar as propostas de alteração que entender; vão criar um espaço físico para, durante o mês da discussão pública, estar sempre alguém habilitado para receber os cidadãos para consulta e entrega física de eventuais propostas; há ainda dois ou três pontos que pretendem submeter ao Executivo para que, quando entrarem na fase da discussão pública, estejam totalmente seguros de que não vão acontecer quaisquer entraves jurídico-administrativos; receberam hoje informação da CCDR a dar conta de que os prazos que pendem globalmente sobre todos os instrumentos de gestão do território foram alargados para janeiro de dois mil e vinte um, mas



querem entrar na fase seguinte o mais rapidamente possível; não quer adiantar datas, para não criar falsas expectativas, mas estão mesmo a terminar. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** referiu que consta da ordem do dia a admissão de um técnico superior em arquitetura, e julgou que seria para a área do ordenamento do território porque as dificuldades que já havia para conseguir responder a tanto instrumento de ordenamento do território se devem ter agravado com a saída da Arquiteta Filipa Cartaxo (não sabe se foi definitiva ou por determinado prazo). Disse que apreciou em especial as cautelas do Sr. Vereador em relação a prazos, talvez porque já lhes prometeu tantas vezes, mas era importante que o Plano Diretor Municipal fosse uma realidade no corrente ano porque o concelho precisa deste instrumento aprovado e disponível para que haja novas oportunidades para Tomar. -----

**O Sr. Vereador Francisco Madureira** referiu-se à questão do lixo, sobre a qual a Sra. Presidente tivera oportunidade de dar algumas explicações no decorrer da última sessão da Assembleia Municipal; sabem que decorre uma fase de transição de empresas e que nem todos os trajetos terão sido transmitidos ao atual prestador de serviços, sendo certo que, em determinados locais onde residem famílias que praticam a seleção dos resíduos, os recipientes estão de tal modo cheios que os munícipes não sabem como proceder. Deu nota de que, nesta fase de desconfinamento, mas também de receios, há pessoas que, na procura de sítios mais seguros para sair do ambiente fechado, têm escolhido a zona da Ponte da Vala, cujas áreas de passeios se encontram com ervas altas; segundo julga saber, a Junta de Freguesia terá informado da impossibilidade de colocar calçada nos passeios, pelo que alerta para a situação, e solicita que a Câmara analise a possibilidade de o poder concretizar, pelo menos em metade da faixa, nas zonas onde há lancil colocado. Por último, sugeriu que a Câmara equacione a possibilidade de alargamento do prazo da isenção das taxas devidas pelos comerciantes que operam no Mercado Municipal, tendo em atenção a situação excecional que vivem e as dificuldades que acarreta. -----

**A Sra. Presidente** disse que tomou nota da questão da Ponte da Vala e que a mesma irá ser objeto de análise. No que se refere à questão do lixo, referiu que estão perante duas situações distintas; uma relativa aos resíduos diferenciados, da responsabilidade da Resitejo, que alterou os seus circuitos; outra relativa aos resíduos sólidos urbanos que foram adjudicados pela Tejo Ambiente à Suma, com início a um de junho; especialmente na primeira quinzena deste mês, verificaram-se alguns problemas porque as viaturas da empresa não cabiam nalguns lugares e houve necessidade de trocar as viaturas; há um molok cujo despejo carece de uma grua,



equipamento que a empresa não tem, mas já está acordado a Câmara cede a sua viatura, estando a ser acordadas datas e horas para as operações; por outro lado, foi detetado que os SMAS procediam a recolha de lixo fora dos circuitos que foram fornecidos à Tejo Ambiente e postos a concurso e é uma situação que terá que ser articulada com a empresa, que está a responder ao caderno de encargos do procedimento; a situação ainda não está completamente sanada em todo o concelho, mas as coisas estão a correr melhor em matéria de resíduos sólidos urbanos. Referiu que, neste período, as pessoas têm produzido mais resíduos, mas, em ambas as situações, têm que ter capacidade para assegurar a recolha. -----

**O Sr. Vereador Hélder Henriques** referiu que os operadores do Mercado Municipal nunca deixaram de ter espaço para trabalhar, a custo zero; em março, houve a preocupação de evitar que o mercado municipal fechasse, tendo sido determinado o seu encerramento às segundas e quartas-feiras; no dia três de junho, recomeçou a abrir à quarta-feira; as pessoas que operam no equipamento tiveram isenção de pagamento nos meses de abril, maio e junho; por outro lado, a feira semanal, esteve suspensa; no dia oito de maio, foi retomada a venda de plantas, tendo-se seguindo os fazendeiros, depois os animais vivos, até que, no passado dia doze, se verificou a reabertura em pleno; também estes operadores estiveram isentos do respetivo pagamento. Referiu que também é importante para o município arrecadar receitas, mesmo que não sejam volumosas, e que, a pouco e pouco, tem que ser restabelecido o funcionamento do espaço em condições normais, pelo que não se entende ajustado dar continuidade às isenções de pagamento aos vendedores que operam no interior do Mercado Municipal. -----

**O Sr. Vereador Luís Ramos** perguntou qual é o ponto da situação do processo de transição da Resitejo para a RSTJ e qual é o motivo do atraso que se está a verificar. Questionou qual é o ponto da situação do procedimento que esteve aberto até ao dia quinze de fevereiro, para recrutamento de voluntários para os Bombeiros Municipais de Tomar, mediante inscrição, nomeadamente quantos candidaturas houve, que contatos foram feitos com eventuais candidatos e quais são os próximos passos. Referiu que o novo site do município oferece uma imagem mais moderna, mas apresenta ainda algumas lacunas, das quais destacou: não existe um motor de busca interno, que é uma ferramenta fundamental para que os munícipes encontrem o que procuram; não existe uma ficha técnica nem os termos e condições que qualquer site deve ter; não está a funcionar a secção A Minha Rua, onde os cidadão reportam algumas situações anómalas, sendo o acesso por meio de um link indireto e offline; não está pensado para a utilização por pessoas com necessidades especiais; muita informação precisa



de ser atualizada (os últimos dados publicados no chamado portal da transparência, por exemplo, são de dois mil e dezoito). Referiu que, por outro lado, ainda não foi implementada a sugestão que aqui apresentaram no sentido de ser criado no site um espaço próprio sobre os apoios no âmbito da pandemia. Sublinhou que, desde o início do mandato, os vereadores do PSD têm defendido, de forma insistente, a criação de uma incubadora de empresas como forma de apoio ao empreendedorismo no concelho; Tomar é dos poucos municípios de média dimensão do distrito que não tem qualquer estrutura de apoio à criação de empresas; as incubadoras de empresas têm sido apontadas como fatores importantes para o desenvolvimento de empresas e até de regiões, tornando-as competitivas; são criadas para facilitar o empreendedorismo através da promoção de condições mais favoráveis às empresas nascentes, as chamadas Startups, até que estas possam crescer; entendem que o município de Tomar deve proporcionar a todos que queiram ser empreendedores as condições para pensar, criar, desenvolver e expandir ideias e negócios e é objetivo das incubadoras albergar empresas por um período de tempo para que possam alcançar notoriedade necessária para inserção no mercado; nesse sentido, foram aprovadas pelo Executivo Municipal, por unanimidade, nas reuniões realizadas a onze de junho de dois mil e dezoito e a treze de maio de dois mil e dezanove, propostas apresentadas pelos vereadores do PSD; verificam que Vila Nova da Barquinha se prepara para inaugurar o seu Centro de Incubação de Empresas (CAIS) tendo já empresas em lista de espera; e gostavam de saber o que é que a Sra. Presidente tem a comentar sobre a situação. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** referiu que o site do município tem estado a ser alvo de uma mudança de imagem e de conteúdo, através dos técnicos municipais, aproveitando até que, face à situação que se vive, o Gabinete de Comunicação e Imagem acaba por ter um pouco menos de trabalho e tem mais algum tempo para se dedicar à página; não é um produto acabado, tanto que foram dadas diretrizes aos serviços para colocarem na página do facebook a informação que o site está em reconfiguração e que se solicita aos cidadãos que possam dar eventuais contributos; está a ser construído com duas vertente essenciais: uma que é produzida pelo Gabinete de Comunicação e Imagem, relacionada com o arranjo do site em termos de imagem e de distribuição de conteúdos; outra relativa aos próprios conteúdos que têm que ser vistos por cada uma das unidades orgânicas da estrutura do município; cada uma das divisões tem que analisar se o conteúdo está correto e atualizado ou não, pelo que solicitaram às chefias intermédias que tivessem essa preocupação e dessem feedback dessa observação; a questão do motor de busca interno pode ser perceptível para um técnico que olhe



para o site, mas o cidadão comum não repara nesses pormenores e, hoje em dia, a maioria dos cidadãos usa outros instrumentos como o facebook, o instagram e o youtube; os sites são procurados apenas quando há uma situação mais concreta, como a procura de um determinado formulário, sendo que, também a este nível, estão a tentar atualizar as várias dezenas de formulários que são necessários para os diferentes serviços; a Minha Rua é um portal de âmbito nacional e o site do município encaminha para ele; pode ser verdade que os dados que constam do portal da transparência não estejam atuais, sendo certo que cabe a cada serviço indicar ou colocar diretamente a informação a disponibilizar neste âmbito. Referiu que há uma tentação, e até está na sala quem, sistematicamente, acusa a atual Câmara de falta de transparência, o que é factualmente falso tendo em conta que, mesmo que não fizessem mais nada para esse objetivo, era impossível a Câmara atual não ser muito mais transparente que as anteriores, desde logo por estar obrigada à publicitação dos diferentes procedimentos em variadas plataformas, como é o caso do portal dos Contratos Públicos (procedimentos de contratação pública) e da Bolsa de Emprego Público (contratação de recursos humanos); hoje, para o bem e para o mal, há um uso das redes sociais que não havia no passado e mesmo que não fizessem nada para isso era impossível não serem mais transparentes que as Câmaras anteriores, sendo certo que há informação que pode, e deve, ser mais disponibilizada no site, mas a verdade é que, apesar de haver a ideia que há pessoal a mais, isso não é verdade, designadamente em sectores fundamentais; acima de tudo, também é uma questão de cultura de organização, que não havia muito, e ainda estão longe de alcançar a cem por cento a cultura de que, por rotina, têm que informar e não podem ficar dependentes de ordem da Presidente ou dos vereadores. Salientou que, ainda assim, comparativamente com outros municípios, o nosso site está bastante acima da média, mas é um processo em execução e há ainda trabalho a fazer em termos de conteúdo e de organização, e também dos vários separadores internos.-----

**O Sr. Vereador Luís Ramos** referiu que qualquer site tem que ter um motor de busca, até para permitir a procura de documentos ou assuntos, e que o Sr. Vereador deve acolher as observações como um contributo para construir e não como uma crítica, porque não é essa a intenção, assim como a referência ao portal da transparência não pretendeu de modo algum dizer que a Câmara não é transparente, até porque os vereadores do PSD também cá estão para ver e certificar; tem a Câmara como transparente e não tem dúvida alguma nessa matéria, mas não podem ignorar os alertas que lhes são reportados pelos munícipes quanto à falta de determinados elementos no referido portal. -----





**A Sra. Presidente** disse que não dispõe de informação para poder dar o ponto da situação do processo de recrutamento de bombeiros voluntários; o assunto será objeto de análise em reunião agendada para dia vinte e nove e só nessa altura será feito o ponto da situação, mas é previsível que tenham que alargar o prazo de inscrição. Deu nota de que a proposta de criação da incubadora de empresas, aprovada por unanimidade, está em dois patamares; tendo surgido uma empresa privada do concelho que pretende criar pelo menos uma incubadora de empresas, foi privilegiada uma parceria neste âmbito e, para evitar concorrência, foram articuladas quais as áreas de intervenção da Câmara e do privado; por outro lado, está a ser preparado o caderno de encargos do procedimento de contratação da construção do centro de valorização no Instituto Politécnico de Tomar, que apresenta uma componente de instalação de empresas na área das novas tecnologias. Informou que o processo de transição da Resitejo para a RSTJ sofreu atrasos devido ao processo de transmissão de património que, como todos sabem, foi submetido três vezes aos órgãos deliberativos dos municípios, primeiro assumindo a transmissão não onerosa, depois, com base em parecer jurídico, a transmissão onerosa, e, por último, retomando a transmissão não onerosa; neste momento, o que está a impedir o normal funcionamento da empresa, é o facto de a constituição dos órgãos eleitos não respeitar a lei da paridade, como é obrigatório no setor empresarial local, pese embora tenha sido alertada para a situação. Informou que está marcada uma Assembleia Geral da Resitejo para o dia trinta e que, entretanto, também a RSTJ terá que proceder à marcação de Assembleia Geral porque deu início de atividade e está obrigada à prestação de contas do exercício de dois mil e dezanove, mesmo estando a operação a ser assegurada pela Resitejo; como os municípios associados são os mesmos, já combinaram poderem acertar esta questão nessa altura. Referiu que esta situação traz alguns constrangimentos a Tomar, e também aos municípios de Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha, a partir do dia um de junho, nomeadamente em matéria de pagamentos dos serviços prestados e têm estado a fazer pressão para que as coisas se resolvam o mais rapidamente possível; se a RSTJ não assegura a operação pagam à Resitejo, que é uma associação de municípios e não pode haver integração da Tejo Ambiente; o pagamento está a ser feito aos SMAS e são estes que pagam à Resitejo; apesar de ser um processo perfeitamente legal, não lhe parece correto haver intermediários na forma de pagamento e não pretendem manter este relacionamento por muito mais tempo. -----

**O Sr. Vereador Luís Ramos** referiu que julga ter entendido que o projeto que vai para o Instituto Politécnico vai ter uma incubadora de empresas, mas, em tempos, conforme consta



em ata de reunião deste órgão, a Sra. Presidente disse que existia uma parceria entre a Câmara e o IPT para a construção de um Centro de Valorização do Conhecimento para obter espaço para acomodar a expansão previsível das empresas de novas tecnologias. Referiu ainda que, sendo o privado a dinamizar, irão existir custos e o que se pretendia era que a incubadora de empresas albergasse candidatos sem que os mesmos tivessem que assumir custos, para poderem tentar fazer valer os seus projetos. -----

**A Sra. Presidente** referiu que o edifício que vai ser construído no Instituto Politécnico tem dois pisos e duas vertentes; no primeiro piso, pretende-se agregar o crescimento das empresas na área das novas tecnologias, sobretudo da Softinsa e da Critical Software; no segundo piso, prevê-se albergar empresas da mesma área de atividade porque beneficiam da presença das outras empresas. Referiu que, no caso do privado, é óbvio que haverá custos como o pagamento da água e da luz; sendo certo que o privado pretende construir um conjunto de edifícios alguns dos quais se destinam à instalação de empresas e uma parte para instalação da incubadora de empresas indo buscar a rentabilidade ao aluguer, a preços de mercado, a empresas que precisem de espaço. -----

**O Sr. Vereador Luís Ramos** pediu confirmação de que o segundo piso se destina à incubadora de empresas. -----

**A Sra. Presidente** explicou que, nos termos da parceria estabelecida, o IPT é o dono do projeto de execução e a Câmara Municipal o dono da obra; o projeto já foi entregue e está analisado em termos de licenciamento, e está a ser construído o caderno de encargos para lançamento da empreitada, sendo que todos os documentos serão, entretanto, submetidos ao Executivo Municipal. Informou que, em tempos, tendo em conta as limitações de financiamento, equacionaram desenvolver a empreitada em duas fases, mas, neste momento, com a abertura de um aviso direcionado para algumas Câmaras, incluindo a de Tomar, a questão está ultrapassada e a empreitada será lançada na globalidade. -----

**O Sr. Vereador José Delgado** referiu que, tendo em conta o que se passou na última sessão da Assembleia Municipal, onde o Sr. Deputado Municipal João Tenreiro levantou a questão de um surto de COVID-19 no concelho de Tomar, assunto que tem levado a muita informação, e contra informação, e também as declarações da Dr<sup>a</sup> Maria dos Anjos Esperança, Coordenadora da Unidade de Saúde Pública, bem como o facto de, a dezanove de junho, a Radio Hertz referir a inexistência de qualquer surto no concelho e, no dia seguinte, a MedioTejo.net referir que, afinal, havia dois novos casos em Tomar nas últimas vinte e quatro horas, entende suscitar aqui a questão para que seja esclarecida e para que fique claro para todos, até porque, no



concelho, existem muitos lares, algumas empresas com mais de cinquenta trabalhadores e, em especial, uma comunidade cigana que se caracteriza por famílias intergeracionais numerosas, a coabitar em locais exíguos (desde ontem, já lhe falaram três ou quatro vezes nesta situação). Perguntou o que é que se passa exatamente, se foram realizados ou está pensado realizar testes de diagnóstico, como é que as coisas estão a ser articuladas e se vai ser feito algum planeamento para o futuro.-----

**A Sra. Presidente** disse que é surreal que se fale em surto quando, durante quase um mês, Tomar teve vinte e dois casos, e, no último sábado, surgiram dois novos casos, de duas pessoas idosas que pretendiam ingressar num lar e tiveram que ser testadas, sendo certo que são assintomáticas e que é fácil seguir as respetivas cadeias de transmissão; não pode deixar de se espantar como é que se pode falar em surto quando foram testados todos os idosos que se encontram em lares públicos e privados, assim como grande parte dos trabalhadores da Câmara Municipal, todos com resultados negativos, estando a decorrer os testes aos chamados lares ilegais, todos com resultados negativos até ao momento, assim como não há registo de nenhuma família que tenha os seus elementos todos infetados, o que poderia aumentar as cadeias de transmissão. Salientou que, não obstante, têm que continuar vigilantes até porque, a semana passada, tiveram dois feriados e estão no border de Lisboa; receberam muitos turistas internos e existem no concelho muitas segundas habitações de pessoas que residem em Lisboa; souberam, por exemplo, que, nalgumas freguesias, houve um conjunto de cafés que estiveram a abarrotar, não cumprindo as medidas de distanciamento; só na próxima semana conhecerão eventuais consequências do que terá sido feito nessa semana. Garantiu que não houve nenhum surto, o que não impede que tenham sempre que estar atentos.-----

**O Sr. Vereador José Delgado** referiu que, apesar de saber o que se estava a passar, perante tanta informação e contra informação, colocou aqui a questão por entender que compete à Sra. Presidente, de forma clara e objetiva, explicar o ponto da situação, e, assim, ficaram todos mais esclarecidos.-----

**A Sra. Presidente** referiu que a situação atual não é para as pessoas aliviarem as medidas de segurança (uso de máscara, distanciamento social, lavagem e desinfeção das mãos); são procedimentos que têm que continuar a praticar, porque todos querem continuar assim.-----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:** -----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia dezanove de junho de dois mil e vinte, o qual acusa os



seguintes saldos: quatro milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, novecentos e cinquenta e cinco euros, quarenta e quatro cêntimos (4.894.955,44€) em Operações Orçamentais, e cento e noventa e nove mil, seiscentos e quarenta e dois euros, onze cêntimos (199.642,11€) em Operações Não Orçamentais. -----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTAS DA PRESIDENTE:**-----

**N.º 01 – REVOGAÇÃO DO REGULAMENTO E TAXAS RELATIVO AO ABANDONO, REMOÇÃO E RECOLHA DE VEÍCULOS PELA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR (NO ÂMBITO DAS RUAS, ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS)** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo ao Executivo Municipal proposta de revogação do regulamento e taxas relativo ao abandono, remoção e recolha de veículos pela Câmara Municipal de Tomar (no âmbito das Ruas, Estradas e Caminhos Municipais), publicado no Diário da República, II Série, n.º 29, de 4 de fevereiro de 2000, em face da sua total desadequação à realidade. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter a proposta a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.--- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 02 – AQUISIÇÃO DA SINAGOGA DE TOMAR E DO EDIFÍCIO CONTÍGUO**-----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente referente à informação n.º 435/2020 da Divisão de Turismo e Cultura: -----

“De acordo com os documentos anexos ao presente processo e atendendo a que: -----

1. A Sinagoga de Tomar há várias décadas tem sido gerida pela Câmara Municipal; -----
2. As obras de reabilitação de reabilitação da mesma foram executadas e pagas pela Câmara Municipal; -----
3. O Núcleo Interpretativo da Sinagoga de Tomar e Museu Luso-Hebraico Abraão Zacuto, foi também executado pela Câmara Municipal;-----
4. O município de Tomar financia na íntegra os trabalhadores que permitem a abertura e fecho dos espaços; -----
5. Toda a dinamização do Núcleo e Museu irá ser efetuada pelo município em articulação com os descendentes do doador; -----
6. Na totalidade da intervenção efetuada, foram despendidos 377.051,20€, tendo sido financiado pelo Centro 2020 e pelo programa EEAGrants. -----



7. A mesma encontra-se classificada como monumento nacional e na propriedade da Direção Geral do Tesouro e Finanças. -----

O município de Tomar, efetuou uma avaliação, através de perito avaliador da lista oficial da justiça e inscrito na CMVM, tendo a mesma sido avaliada em 87.000€ (antes de obras).-----

Porque a Sinagoga assume uma importância relevante não só para Tomar, submete-se a reunião de câmara para que delibere iniciar o processo para aquisição da Sinagoga de Tomar e do edifício contíguo, para o património municipal.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**PROPOSTA DO VEREADOR HUGO CRISTÓVÃO:** -----

**N.º 03 - OCUPAÇÃO DE UM POSTO DE TRABALHO NA ÁREA DE ARQUITETURA COM UTILIZAÇÃO DA RESERVA DE RECRUTAMENTO** -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão: -----

Considerando que:-----

O Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com a Lei nº 35/2014 de 20 de junho determina nos artigos 28º e 30º que o recrutamento de trabalhadores necessárias à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado nas condições estabelecidas na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, são precedidos de aprovação do respetivo órgão executivo; -----

Havendo lugares previstos no mapa de pessoal, de acordo com o artigo 40º da Portaria nº 83-A/2009 de 22 de janeiro, na redação dada pela portaria nº 145/2011, de 6 de abril, que refere que, sempre que haja necessidade de ocupação de postos de trabalho idênticos, deve-se utilizar, se existir, a reserva de recrutamento interno;-----

Que na sequência da abertura de procedimento concursal para ocupação de 1 lugar para a carreira/categoria de Técnico Superior na área de arquitetura, publicado no aviso nº 2361/2019 em Diário da República, II série, nº 29 de 11 de janeiro de 2020, se verifica a existência de reserva de recrutamento, sendo a mesma válida por 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final;-----

Uma vez que estão cumpridas as regras de equilíbrio orçamental e há necessidade de assegurar os serviços no domínio da Divisão de Gestão do Território, uma vez que existe carência de recursos humanos podendo pôr em causa o cumprimento das obrigações e prestação de serviço público. -----



Face ao exposto e de acordo com o mapa de pessoal do ano de 2020, efetuada a consulta da reserva de recrutamento e respeitando a ordenação constante da lista unitária de ordenação final, respeitante ao Aviso nº 2361/2019, proponho a ocupação de outro posto de trabalho: ---

Nº de lugares	Carreira	Categoria	Área de atividade
1	Técnico Superior	Técnico Superior	Arquitetura

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**PROPOSTA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:**-----

**N.º 04 – REVITALIZAÇÃO DO PARQUE EMPRESARIAL DE TOMAR**-----

Foi presente a seguinte proposta dos Srs. Vereadores do Partido Social Democrata:-----

“A Zona Industrial de Tomar, situada na freguesia da Madalena-Beselga, foi criada no início da década de 80 do século passado. Desde 2014 passou a designar-se Parque Empresarial de Tomar (PET) e foi aprovado um novo regulamento. Nesse ano foram anunciadas uma série de medidas para esse espaço, mas nenhuma se concretizou. O mesmo aconteceu em 2016, ano em que a Câmara anunciou a apresentação de uma candidatura a fundos comunitários, em conjunto com outros parceiros, incluindo a REFER, para “expansão e melhoria substancial do Parque Empresarial”, prometendo-se a “valorização da capacidade produtiva do Concelho”. A candidatura de 5 milhões não avançou, nem as melhorias prometidas se concretizaram.-----

É inegável a importância de revitalizar e valorizar o Parque Empresarial de Tomar, espaço que merece mais atenção do que lhe é dada, dado o seu enorme potencial e a sua excelente localização.-----

Acaba de ser publicado um aviso pelo Programa 2020 que define as regras do concurso para apresentação de candidaturas de operações de acolhimento empresarial.-----

O objetivo específico é “Reforçar a capacitação empresarial das micro e PME para o desenvolvimento de bens e serviços”, no âmbito do Eixo 2 do PO Centro – “Competitividade e Internacionalização da Economia Regional”, que pretende reforçar as pequenas e médias empresas.-----

As zonas industriais, os parques empresariais e os centros de negócios têm aqui uma oportunidade de melhorar e potenciar as suas infraestruturas de acolhimento empresarial, prosseguindo o objetivo de capacitar e melhorar as condições de instalação de empresas, bem como potenciar economias de aglomeração e de rede com impacto na competitividade das PME.-----



O Município de Tomar não pode perder esta oportunidade de financiamento e neste âmbito, propomos que sejam implementadas algumas medidas no Parque Empresarial: -----

- Que seja instalada sinalética identificadora das empresas, bem como outdoors com uma planta do espaço indicando a localização das empresas. -----

- Que se estude a possibilidade de criação de áreas de expansão, a Norte e a Sul, onde há terrenos disponíveis. -----

- Que seja criado um microsite ou um portal na internet especificamente para o PET com toda a informação sobre os lotes disponíveis, as empresas instaladas, o regulamento, os apoios que o Município pode dar, etc. -----

- Que seja criada um sistema de videovigilância, ou estudar em articulação com as empresas do PET outra forma que garanta mais condições de segurança. -----

- Que se proceda à limpeza das ervas e dos detritos espalhados pela área. -----

- Que seja criada uma área de serviços de apoio às centenas de pessoas que ali trabalham, às empresas e aos visitantes. -----

- Que seja reforçada a informação (por exemplo com outdoors junto à A13 e à EN110) a divulgar o parque empresarial de Tomar." -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a proposta. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE:** -----

**N.º 05 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 25 DE OUTUBRO DE 2017** -----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados em maio pela Sra. Presidente, ao abrigo das alíneas f), g) e ee) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:** -----

**N.º 06 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA - Prorrogação do prazo na prossecução do interesse público** -----

Foi presente proposta da Sra. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a prorrogação do prazo da empreitada de construção do Centro Escolar da Linhaceira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 3091/2020 e 3093/2020 do Departamento de Obras Municipais. -----



**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a prorrogação do prazo da empreitada até ao dia 31 de agosto de 2020, com efeitos retroativos, de acordo com o n.º 2 do artigo 287.º do Código dos Contratos Públicos, conjugado com o artigo 156.º do Código do Procedimento Administrativo, pelos fundamentos apresentados nas referidas informações, que homologa.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE:**-----

**N.º 07 – FUNCIONAMENTO DA PISCINA MUNICIPAL VASCO JACOB NO ANO DE 2020 – tabela de preços**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo a aprovação do Executivo Municipal, a tabela de preços a praticar na Piscina Municipal Vasco Jacob, no corrente ano, entre 4 de julho e 13 de setembro, em dois períodos diários de funcionamento, nos termos e fundamentos apresentados na informação n.º 537/2020 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a seguinte tabela de preços para 2020, a praticar nos dois períodos de funcionamento diário, entre as 10h00 e as 14h00 e entre as 15h00 e as 19h00:-----

- 0 aos 5 (inclusive) – gratuito-----
- 6 aos 17 anos e mais de 60 anos – 2,00€ (dois euros)-----  
cartão de 10 entradas – 15,00€ (quinze euros)-----  
Desconto cartão jovem válido apenas para uma entrada – 25%-----
- 18 aos 59 anos – 3,00€ (três euros)-----  
cartão de 10 entradas – 22,50€ (vinte e dois euros, cinquenta cêntimos)-----  
Desconto cartão jovem válido apenas para uma entrada – 25%-----
- Aluguer de espreguiçadeira – 1,05€ (um euro, cinco cêntimos).-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, INTERVENÇÃO SOCIAL E AMBIENTE:**-----

**N.º 08 – CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DO EDIFÍCIO DA EB1 INFANTE D. HENRIQUE PARA REALIZAÇÃO DE CAMPOS DE FÉRIAS**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 623/2020 da Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente, submetendo a aprovação do Executivo Municipal minuta de protocolo a celebrar com a RUN & SLIDE, Atividades e Formação, limitada,





que visa, numa perspetiva de apoio às famílias, a dinamização, no verão de 2020, de um programa de férias para crianças e jovens, nos termos e fundamentos apresentados. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta do protocolo nos seus exatos termos, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 09 – CERTIFICAÇÃO DE DESTAQUE – Imo Templários, limitada**-----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hugo Cristóvão submetendo ao Executivo Municipal o deferimento do pedido de certificação de destaque de parcela de terreno com 1922,00 m2 a destacar do prédio rústico sito em Outeiro, União das Freguesias de Serra e Junceira, descrito na CRP de Tomar sob o n.º 1682/19991008, da extinta freguesia de Junceira, sob o artigo 272, secção 1J, da União das Freguesias de Serra e Junceira, requerida por Imo Templários, limitada, nos termos e fundamentos da informação n.º 6455/2020 da Divisão de Gestão do Território. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou autorizar a certificação de destaque, nos termos e fundamentos da referida informação, que homologa.---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 10 – FEIRA SEMANAL DE TOMAR – ISENÇÃO DE TAXAS NO MÊS DE JULHO DE 2020**-----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques: -----  
"A Feira Semanal de Tomar foi suspensa no dia 18 de março de 2020, por força da implementação de medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia SARS -CoV -2 e à doença COVID -19 no âmbito da declaração de situação de emergência em todo o território nacional.-----

Foram aprovadas por deliberação do Executivo Municipal, em reunião ordinária de 30 de março de 2020, as medidas a adotar pelo Município no âmbito da COVID-19, onde é referido, relativamente ao Mercado Municipal, a suspensão total do pagamento da taxa até ao mês de junho inclusive, dos vendedores do mercado semanal. -----

A Feira Semanal tem vindo gradualmente a retomar a sua normalidade desde o passado dia 8 de maio, tendo passado a funcionar na sua plenitude no dia 12 de junho, com o regresso dos



vendedores de roupas, calçado, utensílios de cozinha, ferramentas, plásticos, mobiliário e restauração.-----

São vendedores com contrato de pagamento mensal, através de faturação emitida pelo Município, enquanto os restantes efetuam o pagamento presencialmente nos dias em exercem atividade.-----

Há que reconhecer que estes vendedores, comparativamente àqueles que primeiramente iniciaram a sua atividade, acabam por estar prejudicados por só agora ser possível voltarem à Feira Semanal.-----

Assim, proponho que os operadores da Feira Semanal, com contato de pagamento mensal, estejam isentos do pagamento da taxa de ocupação no próximo mês de julho.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 11 – DOAÇÃO DE CAIXAS DE FÓSFOROS PARA O MUSEU DOS FÓSFOROS - COLEÇÃO VISITÁVEL**-----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente à informação n.º 429/2020 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a aceitação de caixas e carteiras de fósforos de diversos países que João Rodrigues Martins pretende doar ao Museu dos Fósforos - Coleção visitável, cujo valor se desconhece.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aceitar a doação, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e vinte e dois minutos, a Sra. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.**-----

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo.**---